

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

BRUNO RAFAEL CALDEIRA

**ATUAÇÃO ANTIRRACISTA NA BIBLIOTECONOMIA:  
uma incursão nas ações promovidas pelo CRB-8**

São Carlos  
2022

BRUNO RAFAEL CALDEIRA

**ATUAÇÃO ANTIRRACISTA NA BIBLIOTECONOMIA:  
uma incursão nas ações promovidas pelo CRB-8**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos.

**Orientadora:** Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove

São Carlos  
2022

Caldeira, Bruno Rafael

Atuação antirracista na Biblioteconomia:: uma incursão nas ações promovidas pelo CRB-8 / Bruno Rafael Caldeira -- 2022.  
48f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos  
Orientador (a): Paula Regina Dal'Evedove  
Banca Examinadora: Paula Regina Dal'Evedove, Ariadne Chloë Mary Furnival, Priscila Sena  
Bibliografia

1. Atuação antirracista. 2. CRB-8. 3. Planejamento estratégico. I. Caldeira, Bruno Rafael. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Ronildo Santos Prado - CRB/8 7325

BRUNO RAFAEL CALDEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos.

Aprovado em: 18 de julho de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove (Orientadora)  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
Departamento de Ciência da Informação (DCI)

Profa. Dra. Ariadne Chloë Mary Furnival  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
Departamento de Ciência da Informação (DCI)

Profa. Dra. Priscila Sena  
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)  
Departamento de Ciência da Informação (DCI)

## **AGRADECIMENTOS**

*Dedico este trabalho primeiramente aos meus Orixás e aos Ancestrais, pois sem eles eu não estaria aqui.*

*A todos que contribuíram direta ou indiretamente em minha formação acadêmica.*

*Às professoras Paula Regina Dal'Evedove e Ariadne Chloë Mary Furnival por abraçar com muito cuidado, atenção e carinho a temática sobre questões raciais em meus trabalhos de pesquisa.*

*À professora Carmen (in memorian) que sempre acreditou no meu potencial, quando era apenas uma criança.*

*Agradeço a mim pela resistência, compreensão e persistência demonstrada durante o período do curso.*

*"Eu não estou  
aceitando as coisas que eu não  
posso mudar,  
estou mudando as coisas que eu não posso aceitar."*

*Angela Davis*

## RESUMO

Considerando a importância do combate às desigualdades raciais por parte dos bibliotecários, questiona-se: de que forma as questões raciais são pautadas nas ações e agendas políticas dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia do país em prol de uma atuação profissional antirracista? Nesse sentido, busca-se analisar, nos Planejamentos Estratégicos do CRB-8, propostas que favoreçam e contribuam para uma atuação profissional antirracista por parte do bibliotecário, de modo a identificar o grau de comprometimento dessas gestões para uma Biblioteconomia mais politizada, igualitária e diversa, tendo como escopo as questões raciais. Para tanto, conduz-se uma pesquisa exploratória e descritiva, mediante pesquisa bibliográfica e por levantamento, sendo analisados os Planejamentos Estratégicos dos últimos dez anos do CRB-8. Como resultados, constata-se que as ações e agendas políticas do CRB-8 em prol de uma atuação profissional antirracista são limitadas e não estão apresentadas de forma explícita nos respectivos documentos. Conclui-se que a temática carece de maior envolvimento por parte do CRB-8, sendo oportuna a condução de estudos mais amplos que observem como essas ações estão inseridas nos demais Conselhos do Brasil.

**Palavras-chave:** Biblioteconomia. Bibliotecário. Atuação antirracista. CRB-8. Planejamento estratégico.

## **ABSTRACT**

Considering the importance of combating racial inequalities by librarians, the question is how are racial issues guided in the actions and political agendas of the country's Regional Councils of Librarianship in favor of an anti-racist professional performance? In this sense, we seek to analyze in the Strategic Plans of the CRB-8 proposals that favor and contribute to an anti-racist professional performance on the part of the librarian, in order to identify the degree of commitment of these managements to a more politicized, egalitarian and diverse Librarianship, having scope of racial issues. Therefore, it conducts an exploratory and descriptive research, through bibliographic research and survey, analyzing the Strategic Plans of the last ten years of the CRB-8. As a result, it appears that the actions and political agendas of the CRB-8 in favor of an anti-racist professional performance are limited and are not explicitly presented in the respective documents. It is concluded that the theme needs greater involvement on the part of the CRB-8, making it opportune to conduct broader studies that observe how these actions are inserted in the other Councils in Brazil.

**Keywords:** Librarianship. Librarian. Anti-racist action. CRB-8. Strategic planning.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Pirâmide gênero racial de aquisição e legitimação de direitos	26
Figura 2 – Agenda 2030 das nações unidas	36
Tabela 1 – Levantamento Bibliográfico qualitativo em Bases de Dados	21

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BCI	Biblioteconomia e Ciência da Informação
BDTD	Base de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CI	Ciência da Informação
CRB-8	Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
ONU	Organização das Nações Unidas
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
1.1 OBJETIVOS	19
1.2 JUSTIFICATIVA	19
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>23</b>
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>31</b>
3.1 CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 8ª REGIÃO	31
3.2 GESTÃO E ESTRATÉGIA DO CRB-8: ANÁLISE DOS PLANEJAMENTOS ESTRATÉGICOS DO ÓRGÃO	33
3.3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL ANTIRRACISTA: SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CRB-8	41
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O bibliotecário, como agente informacional, torna-se um ator social ativo no processo de fortalecimento de sujeitos e grupos minoritários. Diante disso, é preciso que o bibliotecário, além de reconhecer a diversidade de seu público, se torne um agente tanto empoderado quanto empoderador. A partir desse entendimento, o presente Trabalho de Conclusão de Curso se direciona a uma atuação profissional antirracista, tendo como objeto de análise e discussão as ações promovidas pelo Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo – 8ª Região (CRB-8), a partir dos seus Planejamentos Estratégicos.

Nesse sentido, cita-se a intelectual indiana Batliwala (1994), para quem o empoderamento é o processo de questionar essas ideologias e relações de poder e de ganhar maior controle sobre os recursos apontados. Segundo a referida autora o processo de empoderamento ocorre através de uma série de atividades, que vai da assertividade individual até a resistência, o protesto e a mobilização do coletivo. É a partir disso que se deve questionar as bases contidas nas relações de poder. No que se refere a sujeitos e grupos para os quais o acesso a recursos e ao poder se encontra determinado por fatores como classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começaria quando não somente eles reconhecessem as forças sistêmicas opressoras, mas também quando atuassem no sentido de mudar as relações existentes de poder. Logo, o processo de empoderamento é direcionado à transformação da natureza e às forças sistêmicas que colocam à margem setores excluídos em certos contextos (BATLIWALA, 1994, p. 130 apud SARDERNBERG, 2006, p. 06).

O termo empoderamento tem origem na língua inglesa, *empowerment*, cujo significado é trazido pelo dicionário Oxford (2020) como: *“the act of giving somebody/Group more control over their own life or the situation they are in”*, em português brasileiro, “o ato de darmos a alguém ou a um grupo mais controle de suas vidas ou de situações nas

quais se encontra” (tradução nossa). Nessa perspectiva, Duarte (2019), apresenta a tradução da palavra *empowerment*, que significa “dar poder” a alguém para realizar uma tarefa sem precisar de permissão de outras pessoas. Ele também traz o conceito de *empoderamento* pela lógica de Paulo Freire, definindo como: pessoa, grupo ou instituição empoderada é aquela que realiza, por si mesma, as mudanças e ações que a levam a evoluir e a se fortalecer. Esse poder é fornecido por meio da informação, conscientização e da prática (DUARTE, 2019, p.21).

No cenário brasileiro, o empoderamento surge no período de transição democrática, na década de 1970, quando o país se encontrava em meio ao regime militar. Diante disso, tal conceito expressa a luta pelos direitos civis. Nesse contexto, estimulou-se o exercício de diversas práticas coletivas pela sociedade civil que estivessem voltadas à reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos, questões negadas pela ditadura militar (GOHN, 2004, p. 21).

Foi esse movimento que possibilitou o empoderamento de diversos grupos, no intuito de eles reunirem forças para criar instituições que suprissem deficiências dos serviços públicos.

No que tange ao profissional bibliotecário, Farias *et al.* (2020, p. 03) postulam que quando um bibliotecário se empodera, seu comportamento e suas ações enquanto um sujeito empoderado e protagonista na unidade informacional na qual está inserido influenciam significativa e diretamente suas ações na sociedade. Contudo, o protagonismo abrange ações de mediação de informação, priorização de pautas de interesse coletivo e representação de demandas e interesses dos diversos setores da sociedade. Dessa forma, para que haja uma mudança efetiva nessa realidade, entendemos que o bibliotecário deve, antes de tudo, tornar-se um sujeito empoderado e ativo, comprometido com o desenvolvimento da aprendizagem, bem como buscar sempre considerar o usuário como o cerne de suas ações.

Diante do conceito de empoderamento, e no âmbito das relações

raciais e das questões de gênero, faz-se necessário subsidiar a formação de profissionais bibliotecários aptos a agir no combate ao machismo e aos elitismos, preconceitos e discriminações raciais, criando uma espécie de “bibliotecário ativista” na criação e sistematização de informações, em prol de redução dessas desigualdades; assim como atuar na democratização e readequações das bibliotecas e outros ambientes de atuação profissional para abarcar a diversidade de seu público.

Devido ao avanço da globalização, da tecnologia e das constantes mudanças, bibliotecários e cientistas da informação devem estar preparados para responder às novas exigências da sociedade do conhecimento. Não cabem somente os procedimentos ditos “tradicionais” dentro de uma biblioteca, ou seja, não deve ser apenas um local de empréstimo e devolução, ou então um simples repositório de livros, mas, sim, a criação de um espaço de diálogo e de acolhimento dessa diversidade. Nesse sentido, Cardoso e Nóbrega (2011) evidenciam que a biblioteca não pode ser pensada separadamente da sociedade: ela é uma instituição social, portanto orientada por ideologias e formas de relacionamento.

A construção de um perfil profissional que tenha o efetivo compromisso com a democratização da acessibilidade à informação para o empoderamento das minorias é um trabalho permanente – com início na própria formação acadêmica. Para a construção dessa identidade, é preciso que haja a descolonização dos currículos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Biblioteconomia e Ciência da Informação (doravante BCI) no Brasil. Com isso em mente, Silva e Lima (2018) defendem esse posicionamento ao afirmarem que

É preciso compreender que, nessa relação entre conhecimento e poder, a diversidade cultural acaba por ser desqualificada, e esse processo abrange as culturas africana e afro-brasileira. Desse modo, as práticas e fazeres educacionais e profissionais encontram-se situadas na colonialidade do saber. Logo, é necessário pensar aqui na descolonização “da praxis biblioteconômica”, compreendendo a necessidade de rompimento com

aquilo já pré-estabelecido como “normal” em nossa profissão (SILVA; LIMA, 2018, p. 123).

Nessa questão, a descolonização se apresenta como potente ferramenta para a construção desse bibliotecário antirracista e agente de combate às desigualdades. Entretanto, para Silva e Lima (2018), na Biblioteconomia é possível fazer a constatação de que a maioria dos autores utilizados para a formação acadêmica nas universidades são brancos e pautados pelo episteme europeia, o que resulta em um distanciamento das questões raciais, no que se refere às afro-brasileiras, indígenas e africanidades. Tendo isso em vista, consideramos que esse cenário acaba por dificultar a possibilidade de experimentarmos conteúdos através de outras perspectivas em salas de aula. Esse fenômeno pode ser chamado de eurocentrismo, pois, segundo Quijano (2005, p. 117), é possível afirmar que:

Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica: o eurocentrismo.

Para mudar tal realidade, Silva e Lima (2018) acreditam que é necessário construir mais debates e trazer diversidade de visões, de conceitos e de leituras, além de trabalhar com autores decoloniais, negros e negras, na formação de discentes e docentes. Para as referidas autoras, o perfil do profissional bibliotecário precisa estar aberto e ofertar o devido espaço para a garantia de que a mudança, a transgressão e a invenção irão contribuir com o entendimento de nossa realidade social, tanto em termos econômicos quanto no que diz respeito a fatores políticos, raciais ou outros. Vê-se, assim, que é fundamental que ocorra uma mudança nas práticas de ensino por parte da classe docente.

Nesse sentido, existe uma necessidade de reconhecimento e de permissão de um fazer de ensino que vise a uma educação etno-racial

crítica e participativa, com capacidade de propor intervenções e mudanças. Ou seja, é necessário que haja uma atenção plena aos meios educacionais e acadêmicos, para que deem voz e visibilidade a essas diversidades e suas questões.

Todavia, as autoras salientam que ainda é possível notar certa resistência por parte dos planos de ensino dos cursos de Biblioteconomia do país em pautar questões raciais e sociológicas. Em grande parte da grade curricular dos maiores e mais antigos cursos de Biblioteconomia do Brasil, há uma incidência ideológica impossibilitadora desse diálogo, ou seja, há um certo silenciamento para tais discussões.

Existem diversos estudos que investigam as questões referentes ao multiculturalidade, à diversidade, à inclusão e à responsabilidade social e étnico-racial que têm como finalidade refletir sobre a formação do profissional bibliotecário. No entanto, a Biblioteconomia parece permanecer presa ao ensino tecnicista e eurocêntrico, sem abrir espaço para o debate e a formação crítica de seus estudantes. Essa realidade é apresentada pela autora Chimamanda Ngozi Adichie em seu livro "O perigo de uma história única" (2019), no qual aponta que o problema está em preestabelecer o que é normativo ou não; o conceito dito "*they make one history become the only story*" ("eles fazem uma história se tornar a única história" – tradução nossa) superficializa a informação e negligencia todas as outras narrativas que formam um lugar ou uma pessoa, pautando-as em uma única visão: a visão do colonizador. Sobre isso, Silva e Lima (2018, p. 66) elucidam a contribuição do eurocentrismo para o silenciamento de um conhecimento fora do Ocidente, que diz respeito a contribuições africanas para as primeiras escrituras e para as questões do conhecimento humano, afetando muitos graduandos que intencionam em se tornar profissionais que trabalham com questões raciais e africanidades.

No Brasil, um importante passo foi dado no combate às discriminações raciais e sua introdução nos ensinamentos fundamental e médio e, por conseguinte, a presença de conteúdos dessa abordagem nas bibliotecas

de todo o país. Trata-se da Lei 10.639/2003, sancionada pelo ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na formação da sociedade brasileira estudantil, tal como segue:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira. § 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BRASIL, 1996, 2003).

Tal lei pode ser considerada o resultado de diversas lutas e reivindicações que os movimentos negros brasileiros têm feito ao longo dos séculos, sobretudo na luta por melhorias no âmbito educacional para a população negra do país.

Com essa lei, é possível respaldar, diversificar e transformar o papel das bibliotecas, principalmente as escolares e públicas, que ficam obrigadas a ter acervos especializados no assunto e a assistir à população negra, que, em sua grande maioria, não teve o direito de contar sua própria história. Assim como a legislação mencionada acima, o papel do bibliotecário enquanto agente de transformação social e engajado com questões políticas e sociológicas de seu tempo é recente, em decorrência de certa resistência na BCI em contemplar tais questões. Isso porque se acreditava que tomar posições e ações políticas com foco na melhoria da sociedade e na profissão não fazia parte do dever, ou melhor, do fazer bibliotecário, deixando assim um estigma de que a Biblioteconomia é uma área neutra e imparcial.

De acordo com Spudeit *et al.* (2018, p. 49), em seu livro "Formação e atuação política na Biblioteconomia":

Portanto, a partir da pesquisa realizada e dos relatos dos

bibliotecários é possível perceber a insistência pela neutralidade do bibliotecário, e a baixa participação da categoria em debates políticos nos dias de hoje. Deste modo, é possível observar que a área da Biblioteconomia não é uma área muito politizada.

De modo complementar, as referidas autoras enfatizam que uma mudança desse cenário envolve o entendimento dos conceitos relativos à política, além da perda do medo do envolvimento político. Ademais, afirmam que o “fazer política” não é necessariamente o fazer eleitoral ou eleitoreiro, como muitas pessoas pensam. Nesse sentido, cabe dizer que, além de a política estar nas atividades de todos, tal envolvimento pode se dar em benefício da sociedade e de seus direitos, contemplando também a profissão de bibliotecário (SPUDEIT *et al.*, 2018).

Assim, muito da atuação da BCI endossam a hegemonia excludente, tanto através da defesa do não posicionamento político quanto por meio da predominância de um referencial teórico branco, eurocêntrico e colonial. No entanto, cada vez mais a sociedade conclama bibliotecários antirracistas, ativistas, politizados e militantes no combate às desigualdades sociais, em todas as suas formas e esferas – bibliotecários engajados nas reais necessidades informacionais de seus usuários, que instiguem a curiosidade e levem os usuários a se inteirarem sobre a história e cultura de seu povo e das múltiplas comunidades locais, regionais, nacionais e internacionais; que, além disso, estejam comprometidos em disseminar, disponibilizar e trabalhar questões relativas às diversas realidades sociais.

A partir do exposto, e ciente da importância do combate às desigualdades raciais por parte dos bibliotecários, questionamos: de que forma as questões raciais são pautadas nas ações e agendas políticas dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia do país em prol de uma atuação profissional antirracista?

Consideramos que os Conselhos Regionais de Biblioteconomia exercem um papel importante na promoção da profissão, com destaque para a representação dos interesses dos profissionais bibliotecários, além

de atuar como órgãos de controle. Por isso, suas filosofias e direcionamentos em muito influenciam o posicionamento político dos praticantes profissionais.

## 1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é reconhecer, nos Planejamentos Estratégicos do CRB-8, propostas que favoreçam e contribuam para uma atuação profissional antirracista por parte do bibliotecário. Busca-se, com isso, identificar o grau de comprometimento dessas gestões para uma Biblioteconomia mais politizada, igualitária e diversa, tendo como escopo as questões raciais.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- a) Contextualizar as questões raciais na perspectiva interdisciplinar, com destaque para a Biblioteconomia negra brasileira e a atuação política e ativista de profissionais bibliotecários a favor dessa temática e da erradicação das desigualdades;
- b) Identificar, junto ao CRB-8, os respectivos Planejamentos Estratégicos dos últimos dez anos, de modo a identificar propostas direcionadas às questões raciais; e
- c) Discorrer sobre as ações e agendas políticas do CRB-8 em prol de uma atuação profissional antirracista.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

A motivação para a condução desta pesquisa decorre dos questionamentos e lacunas percebidos no ensino da BCI referentes às questões raciais, pautando a importância e a urgência de se discutir questões sociológicas em que a biblioteca e o bibliotecário se inserem. Nesse sentido, por mais que haja discussões acerca da temática, é preciso

sistematização, levantamento e estudos mais aprofundados do tema – com o que pretendemos contribuir.

Para que de fato se obtenha informações relevantes quanto ao nosso recorte, faz-se necessário identificar quais são as/os autores, a abordagem, a metodologia e quais são os resultados esperados dentro desses estudos. Assim, este trabalho almeja colaborar com resultados qualitativos e quantitativos que ajudem a compreender o que tem sido feito pelo CRB-8 para promover e incentivar discussões em prol de uma atuação profissional antirracista.

### 1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa se constitui como uma investigação exploratória, documental e descritiva, de abordagem quali-quantitativa, que se utiliza de métodos quantitativos e qualitativos para a realização da análise dos dados obtidos. De acordo com Gil (2008, p. 42), a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema de pesquisa, dando condições ao pesquisador de compreendê-lo a partir de estudos anteriores. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. A pesquisa documental provém de seu caráter de pesquisa se dar em primeira mão – inédito, basicamente documentos e informações que não receberam nenhum tipo de processamento (GIL, 2008, p. 45). Por sua vez, a pesquisa descritiva tem como postulado a descrição das características de certas populações ou determinados fenômenos. Uma de suas particularidades se refere ao uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, por exemplo: o questionário e a observação sistemática, compreendendo questões relativas à idade, sexo, procedência, eleição, entre outros fatores (GIL, 2008, p. 28).

Nessa perspectiva, os dados que fundamentam a pesquisa e que favorecem a obtenção de resultados foram coletados em duas etapas. Na primeira, conduziu-se uma ampla pesquisa bibliográfica na literatura especializada nacional sobre questões raciais, com destaque para os

estudos na Ciência da Informação.

Relativo às considerações mais amplas sobre o tema, recorreu-se aos materiais impressos e digitais diversos sobre igualdade racial e de gênero, sendo utilizadas como bases de dados os seguintes repositórios: Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO – Brasil) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No escopo da Ciência da Informação, a etapa de busca centrou-se na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), por contemplar materiais em formato de artigos científicos de diversos periódicos da área de Comunicação e Informação, além de trabalhos apresentados em eventos especializados, como o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação.

A pesquisa bibliográfica ocorreu no período de outubro de 2021 a fevereiro de 2022, sendo empregados os seguintes termos: “Relação étnico-racial”, “Afro-brasileiro”, “Política”, “Ativismo” e “Racismo”, sem delimitação temporal. Os documentos recuperados foram selecionados conforme o interesse da pesquisa, sendo realizadas leituras para a elaboração do referencial teórico, apresentado na próxima seção, intitulada “Fundamentação Teórica”.

Tabela 1 – Levantamento Bibliográfico Qualitativo em Bases de Dados

<b>Termos</b>	<b>SciELO</b>	<b>BRAPCI</b>	<b>BDTD</b>
<i>Relação étnico-racial</i>	8	24	191
<i>Afro-brasileiro</i>	26	1313	2063
<i>Política</i>	126	2431	294
<i>Ativismo</i>	341	32	288
<i>Racismo</i>	600	61	5

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por sua vez, a pesquisa por levantamento foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2021, mediante buscas no *site* do CRB-8 para

identificar documentos e demais informações relacionadas aos Planejamentos Estratégicos. Cabe esclarecer que, como o recorte inicial desta pesquisa se direcionou para os Planejamentos Estratégicos dos últimos dez anos, tais informações não estavam disponíveis no *site*, sendo necessário o contato por e-mail. Como resultado, foram obtidos os dois últimos Planejamentos Estratégicos, compreendendo a 18ª Gestão (2018-2020) e a 19ª Gestão (2021 – 2023). Os resultados da análise dos dados obtidos nesta segunda etapa da pesquisa são descritos e discutidos no capítulo intitulado “Resultados e Discussão”.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O *Racismo* possui como definição a teoria ou crença que estabelece uma hierarquia entre as raças (etnias), doutrina que fundamenta o direito de uma raça, vista como pura e superior, de dominar outras, preconceito exagerado contra pessoas pertencentes a uma raça (etnia) diferente, geralmente considerada inferior e atitude hostil em relação a certas categorias de indivíduos (DICIO, 2022, s.p.).

Entretanto, para irmos mais além dessa definição, podemos nos deparar com o racismo contra a população negra, que teve início com a escravização de povos africanos por meio de relações de poder criadas pelos colonizadores, nas quais o homem branco era o senhor (superior) e o negro era o escravizado (inferior). Diante disso, postula-se que a raça se tornou um dos elementos de uma demarcação excludente de “nós” e “eles”. Sueli Carneiro (2005, p. 20), em sua tese de doutorado intitulada “A construção do outro como não-ser como fundamento do ser”, afirma que:

Dirijo-me a ti Eu hegemônico, falando do lugar do “paradigma do Outro”, consciente de que é nele que estou inscrita e que “graças” a ele em relação a mim expectativas se criaram, que mesmo tentando negá-las, elas podem se realizar posto que me encontro condicionada por uma “unidade histórica e pedagogicamente anterior” da qual eu seria uma aplicação.

É nesse contexto que se insere o racismo. Além disso, o mito da democracia racial traz a negação da existência de preconceitos e também da discriminação racial existentes no território brasileiro. Isso porque tal ideologia parte da afirmação de que a miscigenação trouxe a harmonia entre as diferenças raciais e étnicas encontradas, diluindo assim os possíveis conflitos entre as mais distintas culturas. Ou seja, o ideal da democracia racial recusa as desigualdades e os preconceitos experimentados pela população negra brasileira.

No entanto, o racismo se resume justamente a um sistema ideológico que (re)afirma a existência de hierarquia entre os grupos sociais e vai muito

além de apenas um desdobramento; ele assume várias facetas, sendo quase que multidimensional (SOUZA, 2021, p. 113).

Nesse sentido, afirma Jessé Souza:

Como somos seres precários, transitórios e vulneráveis, necessitamos do reconhecimento social dos outros para podermos exercer nossas capacidades e faculdades mais básicas. Nesse sentido, o racismo é, antes de tudo, a negação do reconhecimento social em suas múltiplas formas. Ser reconhecido em nossas necessidades básicas e em nossos direitos também é o pressuposto para que possamos reconhecer as mesmas necessidades e os mesmos direitos nos outros. Portanto, o racismo em suas diversas formas impede não apenas o florescimento da vida individual das vítimas do racismo, mas também o desenvolvimento de qualquer vida coletiva que garanta efetivo respeito à autonomia e à liberdade recíprocas entre os indivíduos e grupos sociais que a compõem (SOUZA, 2021, p. 113).

De modo complementar, a autora Neusa Santos, em seu livro intitulado "Tornar-se negro" (1983) - um trabalho pioneiro sobre a questão racial na psicologia - afirma que:

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior.

Djamila Ribeiro (2019), em seu livro "Pequeno Manual Antirracista" afirma que, no Brasil, há a ideia de que a escravidão foi mais branda do que em outros lugares, o que nos impede de entender como o sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza, sobretudo qual a posição da população negra nestas sociedades. Com essa compreensão, faz-se fundamental o reconhecimento das violências perpetradas ao longo do período de colonização escravista. São muitos os fatos históricos que revelam esse cenário opressor. A própria Ribeiro traz como exemplo que o dado referente à expectativa de vida dos homens pretos escravizados no campo para entendermos como o sistema escravista impactava suas vidas: 25 anos - média bem abaixo daquela encontrada em

solo estadunidense para o mesmo grupo, 35 anos.

Há muito tempo, no decorrer da história do Brasil, movimentos negros como MNU (Movimento Negro Unificado) e a Coalizão Negra por Direitos debatem o racismo como elemento fundamental das relações sociais, dando origem a desigualdades e abismos. Nessa esteira, Djamila Ribeiro (2019) defende que o racismo constitui-se como um sistema de opressão negador de direitos, e não como um simples ato oriundo da vontade de um determinado indivíduo. Assim sendo, é de extrema urgência identificar e combater o racismo e seu caráter estrutural-dominante.

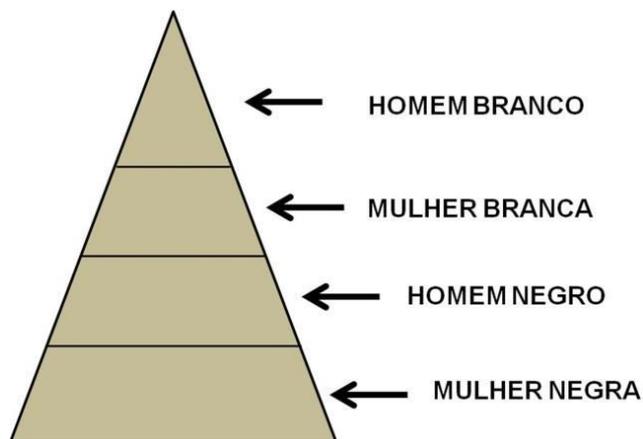
Na obra "Racismo estrutural", Silvio de Almeida postula:

Consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas (ALMEIDA, 2018, p. 40).

Sendo estrutural, o racismo se manifesta na vida social nas mais diversas dimensões, tendo sempre como resultado a exclusão de pessoas da estrutura da sociedade. Como exemplo, tem-se que diversos dados quanto à organização global do trabalho afirmam que pessoas negras, ainda no século XXI, ocupam os postos de trabalho e desempenham funções de menor reconhecimento e valor. Dessa forma, tais pessoas encontram-se sub-representadas em termos de liderança e gestão, tendo ainda, dentre os grupos racializados, os piores índices de remuneração (ANDES, 2019, p. 11).

Para efeitos de ilustração, a Figura 1 evidencia os fatores estruturais do racismo na sociedade.

Figura 1 – Pirâmide gênero racial de aquisição e legitimação de direitos



Fonte: Almeida et al (2018, p. 05).

Observam-se as diversas facetas que o racismo assume. De um ponto de vista historiográfico, o racismo constrói sua estrutura com o passar do tempo e em diversos âmbitos, estruturais, institucionais, sociais, afetivos etc.

Para a erradicação do racismo são necessárias diversas ações. Dentre elas, as políticas de ações afirmativas podem ser vistas como ferramentas potentes para o combate às desigualdades, posto que elas trazem o princípio de reconhecimento da existência de desigualdades estruturais na sociedade que necessitam de correção para que valores como equidade e de justiça possam realmente ser experimentados como modo de vida. Isso porque as desigualdades interferem nas práticas sociais, garantindo a alguns grupos o acesso a direitos como alimentação, saúde, educação e moradia, enquanto outros deles ficam distantes (ANDES, 2019).

Sobre isso, Andes (2019, p. 29) afirma que:

Entretanto, é preciso desnaturalizar as existências das desigualdades, verificar as suas origens, pensá-las como construções sociais sujeitas a desconstruções. No Brasil, a naturalização da ideia de superioridade racial legitima e justifica o racismo institucional: maquinário escravocrata que autorizou aos brancos o acúmulo de bens e riquezas, o direito à hereditariedade, o qual permite, ainda hoje, a produção e a

manutenção de assimetrias econômicas, políticas e culturais. As políticas de ações afirmativas para a população negra são fruto da luta histórica do Movimento Negro pelo fim das desigualdades geradas pelo modo de produção capitalista da sociedade, que tem em seu metabolismo a produção e a reprodução de diferenciações, segregações, até mesmo a partir da cor da pele e das características fenotípicas de afrodescendentes entre os seres humanos.

Desse modo, o exposto é mais uma evidenciação e explanação, ainda que de modo breve sobre o racismo e suas multifacetadas na sociedade brasileira, além de evidenciar o mito de uma democracia racial.

O autor Abdias do Nascimento afirma que o racismo (ainda) é perpetuado pelo fato das feridas da discriminação ainda estarem “abertas” na realidade social do nosso país. Segundo Nascimento (2002, p. 05):

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiram melhorar suas condições de vida, sua moradia, inclusive.

Ao considerarmos que o racismo existente em solo brasileiro vem contribuindo há tempos com a violação dos direitos da classe trabalhadora, é possível postular que o combate a essa mazela demanda uma luta que articule as questões relativas a gênero, raça e classe. Afirma-se, desse modo, a necessidade de combate ao racismo como uma tarefa designada a todos em todas as suas atividades cotidianas, em que tantas manifestações dessa opressão permeiam de forma naturalizada os espaços institucionais e estruturais da sociedade.

É relevante pontuar que a profissão de bibliotecário e a regulamentação do seu exercício são reconhecidas “através da Lei Federal n.º 4.084/62, e seu papel tem sido fundamental no desenvolvimento de

redes, sistemas e serviços de informação em diferentes ramos econômicos do país” (CAMPOS; FONTES; ARAÚJO, 2015, p. 112).

Desse modo, é mais do que relevante pautar discussões em planos de ensinos com disciplinas direcionadas às relações raciais, às informações étnico-raciais, às problemáticas relativas à cultura, ao âmbito social e aos incentivos à inserção de todo e qualquer tipo de literatura nos acervos de unidades de informação, com vistas à promoção de igualdade e à exposição do papel social do bibliotecário. No que tange ao ambiente acadêmico por iniciativas individuais e, em determinados casos, coletivas, é importante que docentes discutam esses temas em suas disciplinas e seus projetos direcionados ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, contribuindo, dessa maneira, com uma formação antirracista (VALÉRIO; CAMPOS, 2019, p. 120).

O bibliotecário é um especialista em informação, que tem como objetivo a mediação da informação de forma implícita ou explícita (ALMEIDA JÚNIOR, 2009). Com isso, sua missão central se torna lutar para uma sociedade melhor por meio do conhecimento e da disseminação da informação, porém isso somente se tornará viável e possível a partir da assunção dos seguintes princípios:

- O conhecimento como um recurso criado através da conversação (diálogo);
- Há suma importância, nessa atividade, da visão de mundo, das competências essenciais, da ação e do posicionamento dessa categoria profissional de forma política (no espectro do ativismo e da militância); e
- A busca pela facilitação de acesso à informação de forma democrática.

Com efeito, compreende-se que há uma grande necessidade na sociedade, mais precisamente dentro da Biblioteconomia e Ciência da

Informação, de difundir, questionar e discutir temáticas pertinentes à realidade atual, tais como as questões raciais, de gênero e de classe. O atendimento a essas demandas se configuraria como um importante subsídio para a formação de profissionais bibliotecários aptos à atuação no combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, trazendo a sistematização de informações que visem à redução das desigualdades existentes nas diversas unidades de informação e também fora delas.

Considerando esses pontos, muito se questiona as ações que estão sendo fomentadas, construídas e dialogadas na área para tal feito.

Silva e Lima (2008) discorrem alguns capítulos à reflexão sobre o ensino, a formação de pessoas bibliotecárias e, também, a inclusão de temas relativos às questões étnico-raciais nos cursos e disciplinas. Em seu capítulo "Pensando uma Biblioteconomia Afrodiaspórica", elas trazem algumas sugestões de bibliografias, autores(as), assuntos e temáticas a serem inseridos nas disciplinas, com vistas à representação daquilo que intitulam *Biblioteconomia Afrodiaspórica*.

Dentro disso, disciplinas tais como "Fundamentos da Biblioteconomia", "Introdução à Biblioteconomia", "Fundamentos da organização do conhecimento", "Representação descritiva", "Representação temática", "Introdução ao pensamento filosófico e científico" têm como sugestão a introdução de um pensamento valorizador das temáticas vinculadas às pessoas negras e à busca pela formação de profissionais mais humanos e respeitosos quanto à diversidade, à identidade e aos saberes de tais populações. Além disso, podemos observar que há uma crescente produção de estudos relacionados à discussão pretendida – talvez pela criação das Leis nº 10.639/2003, nº 11.645/2008 e de Diretrizes e Planos Nacionais que buscam a inclusão das diversas culturas das populações negras no ensino, além da Lei de Cotas nas instituições de ensino superior.

Nesse sentido, no que toca ao nosso levantamento, reafirma-se o postulado de Silva e Lima (2018, p. 304) de que determinados avanços têm sido registrados no desenvolvimento de pesquisas direcionadas ao

estudo das culturas, principalmente ligadas às relações étnico-raciais, o que desencadeia também uma crescente tentativa de dar mais visibilidade ao tema.

Em suma, concluímos que, para garantir o devido conhecimento da produção científica e das lutas por formação e acesso à informação e à biblioteca pelas populações afro-brasileiras, a existência dessas produções trazidas acima enriquece o debate na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Diante disso, podemos refletir sobre a real contribuição de bibliotecários e profissionais da informação na transformação eficaz e sólida da Biblioteconomia e Ciência da Informação que represente, de fato, as demandas trazidas pelos diversos grupos sociais, pois as referidas pesquisas desvelam os caminhos da práxis bibliotecária, trazendo, dessa forma, as mais diversas possibilidades de transformação social.

Os resultados de reflexões e ações nessa direção nos revelam algumas formas de pensamento e teorias, além de métodos, escopos temáticos de atuação, bem como nos conduzem a um certo modo de perceber as ferramentas e saberes da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção, são apresentadas as análises dos dados e informações identificados nos Planos Estratégicos do CRB-8 referente às ações e agendas políticas do órgão em prol de uma atuação profissional antirracista. Inicialmente, apresentamos uma breve descrição do CRB-8 como órgão regulador da profissão do bibliotecário. Na sequência, nos direcionamos à exposição dos resultados obtidos a partir da análise dos documentos identificados.

#### **3.1 CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 8ª REGIÃO**

O conselho de classe profissional é uma organização formada pelos trabalhadores de uma profissão. Além de representar a classe, ele regulamenta a atividade profissional, determina limites da atuação e fiscaliza o exercício da profissão para garantir que os serviços sejam prestados da forma adequada à sociedade. Visam-se, assim, às articulações para a orientação dos profissionais e seus respectivos registros. Este último existe para garantir que apenas pessoas formadas exerçam uma profissão.

De antemão, é necessário explicitar os valores que implicam um Conselho de Profissão e sua contribuição para uma sociedade melhor. Os profissionais da diversas áreas de conhecimento existentes surgiram em resposta às demandas da sociedade, o que inclui os bibliotecários e cientistas da informação, que, com o passar do tempo, perceberam, progressivamente, a urgência por diversos serviços que fossem prestados de modo especializado. Sob esse ponto de vista, é fundamental que haja alguma organização dessas atividades, com o intuito de preservar e primar pelos interesses por profissionais qualificados e habilitados.

Sobre isso, Bredas (2019, s.p.) afirma que:

É nesse âmbito que se encontram os conselhos de profissões regulamentadas, que, entre outras finalidades, buscam orientar os profissionais sobre o exercício do seu ofício; zelar

pela ética da profissão em todas as suas áreas de atuação; regular e fiscalizar os limites de atuação profissional; registrar, cadastrar e manter dados sobre os profissionais; e normatizar as diretrizes de cada profissão.

O autor postula ainda que, em qualquer que seja a área profissional, o devido registro em seu conselho específico traz a garantia de confiança e de credibilidade à sociedade ao profissional. O registro em si não somente se configura como um aval dado ao profissional para que ele desempenhe suas funções, mas também representa, acima de tudo, de forma ética, a proteção da sociedade de maus profissionais, pessoas sem a devida formação para o exercício da profissão, riscos envolvendo a ausência de fiscalização e tantos outros fatores que possam comprometer a qualidade e a confiança dos possíveis serviços prestados (BREDAS, 2019).

Para Côrtes (2015), o compromisso social por parte dos conselhos também pode ser observado em ações fortalecedoras dos dispositivos de controle social e promotoras da democratização de políticas públicas.

O livro "Bibliotecário – 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil: 1965-2015" aponta que o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), em parceria com os quinze Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CFB) do Brasil, procura acompanhar o processo legislativo, buscando auxiliar na elaboração de leis que visem à defesa da práxis biblioteconômica e de seus serviços prestados à sociedade. Nessa esteira, uma de suas maiores preocupações diz respeito à atenção à atuação do Ministério da Educação (MEC) quanto ao ensino de Biblioteconomia, com o intuito de colaborar com estudos e informações, para que a formação bibliotecária sempre venha a se dar a devida adequação e qualidade.

Além de garantir o exercício regulamentado da profissão, o CRB-8 realiza ações que sejam benéficas à sociedade, sobretudo de um ponto de vista sociológico e político, abarcando, dessa maneira, todas as demandas que uma sociedade contemporânea possui.

O CRB-8 é um órgão fiscalizador da profissão de Bibliotecário do

Estado de São Paulo que teve início de suas atividades pela primeira gestão em 1967, baseado na Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre a profissão bibliotecária e a regulação de seu exercício. Dentre suas principais ações e funções, estão a fiscalização, ao qual tem como escopo supervisionar a prática das atribuições dessa profissão, que sejam restritas e privativas aos Bacharéis de Biblioteconomia, formados pelas instituições oficiais de ensino superior equiparadas ou oficialmente reconhecidas, além da orientação do bom exercício da função e práxis bibliotecária no Estado de São Paulo. Segundo o próprio site do CRB-8<sup>1</sup>, eles se resumem em ser “O Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo – 8ª Região é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia financeira, administrativa e patrimonial” (CRB-8, 2022, s.p.).

### 3.2 GESTÃO E ESTRATÉGIA DO CRB-8: ANÁLISE DOS PLANEJAMENTOS ESTRATÉGICOS DO ÓRGÃO

Conforme afirma Lima (2008), as problematizações sobre as relações raciais têm se ampliado de forma progressiva na sociedade brasileira na última década. Esse debate envolve tanto as práticas cotidianas dessas relações, os embates e ações políticas, como as construções conceituais relacionadas a esse âmbito. Diante disso, identificar essas ações advindas do CRB-8 se torna primordial para entendermos se discussões raciais, antirracistas e políticas estão na agenda e prioridades do órgão, com vistas ao desenvolvimento de uma sociedade menos desigual, democrática e que abarque a sua multipluralidade, além de desmascarar e desmistificar o racismo estrutural contido em suas instituições.

A partir da análise dos Planos Estratégicos apresentados e conduzidos pelas 18ª e 19ª Gestão do CRB-8, nota-se o comprometimento ao acesso à informação e a sua transparência. Segundo o próprio *site* do Conselho, sua

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://crb8.org.br/fiscalizacao/>

missão e gestão se tencionam como um ato político:

O Conselho Regional de Biblioteconomia do Estado de São Paulo - 8ª Região, reafirma seu propósito de transparência para com os bibliotecários e a sociedade em geral, mantendo este espaço com as informações sobre seus atos de gestão, buscando contribuir com o controle social e cidadania por meio do cumprimento da legislação de Transparência e Acesso à Informação (SISTEMA CRB E CFB, 2021).

Em relação ao Planejamento Estratégico da 18ª Gestão (2018-2020) possui a missão de tornar os profissionais em agentes de excelência, tanto na orientação quanto fiscalização do exercício da função de bibliotecário no Estado de São Paulo, colaborando, desse modo, com o desenvolvimento biblioteconômico da região. Dessa forma, em seu exercício de mandato, os objetivos diretos são: zelar, orientar, conscientizar, fiscalizar e defender o exercício da função; julgar as possíveis infrações à Lei e à Ética Profissional; constituir-se como um órgão consultivo de diferentes setores no Estado de São Paulo, além da construção em conjunto no que diz respeito ao exercício e aos interesses profissionais do Biblioteca (SISTEMA CRB E CFB, 2018).

Além disso, a 18ª Gestão acabou por dividir seu plano estratégico em tópicos, dentre eles: *Visão, Valores, Análise Externa* (se consiste em ameaças e oportunidades) *Análise Interna* (dividido em pontos fortes e pontos fracos da gestão), *Questões estratégicas, Obstáculos e Estratégias*, juntos se tornam importantes ferramentas para auxílio e zelo da profissão e do profissional de Biblioteconomia e Ciência da Informação, para que ele possa ter mais segurança e respaldo no momento que for exercer a profissão.

Relativo ao documento Plano Estratégico da 19ª Gestão (2021-2023) do CRB-8, notamos a grande estrutura que a atual Gestão desenvolveu, tendo como base os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Agenda 2030* da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca pautar, através de roteirização, discussões, ações,

tomadas de decisões políticas e desenvolvimento de políticas públicas junto às instituições comprometidas, as questões inerentes a nossa sociedade e ao meio ambiente que deverão ser desenvolvidas e construídas como metas nos próximos anos.

A *Agenda 2030* discorre sobre o Desenvolvimento Sustentável, compreendido como um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientam os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável. Concluídas em agosto de 2015, as negociações da Agenda 2030 culminaram em um importante documento que propõe dezessete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e cento e sessenta e nove metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelos delegados dos Estados Membros da ONU. Os ODS são o cerne da Agenda 2030 e sua implementação é para o período 2016-2030. Segundo o site da ONU<sup>2</sup> (2022) os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de um modo geral, são um apelo global à ação para erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade.

A Agenda 2030, conforme Figura 2, perpassa por diversas áreas, além de trazer um conector em comum entre elas, estar em prol de uma sociedade melhor, mais sustentável e justa.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>.

Figura 2 – Agenda 2030 das Nações Unidas



Fonte: ONU.

Nesse contexto socialmente sustentável, o CRB-8 propõe a criação de uma plataforma de desenvolvimento profissional que busque pelo aperfeiçoamento na aplicação de ações relativas ao espaço da biblioteca, assim como de suas variantes institucionais.

Dentro do Plano Estratégico, são descritos seis eixos temáticos, a fim de organizar de forma mais concisa pontos a serem discutidos e ações a serem tomadas, descritos a seguir:

- **Eixo 1:** Fortalecer a atuação do CRB-8 com as secretarias de cultura e de educação, no âmbito estadual e municipal:

A proposta deste primeiro Eixo é solidificar a atuação do CRB-8 junto às secretarias de Cultura e Educação do Âmbito Estadual e Municipal. Com isso, seu plano de ações busca uma aproximação com as diversas secretarias de educação, tanto em nível estadual quanto municipal, para a

discussão sobre o andamento da implementação da Lei 12.244 (Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares), tendo como foco a valorização da biblioteca no âmbito escolar como ferramenta de educação, formação social e sensibilização. Além disso, há o diálogo com atores políticos, culturais e sociais para destacar a importância da biblioteca escolar na construção de uma sociedade cidadã. Além dessas ações supracitadas acima, o Eixo 1 dialoga com objetivos específicos da Agenda 2030, tais quais: *Objetivo 4 – Educação de Qualidade* que discute e propõe garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promove oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; *Objetivo 5 – Igualdade de gênero*, ao qual visa alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; *Objetivo 8 – Trabalho decente e crescimento econômico*, que promove o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos; o *Objetivo 17 – Parcerias e meios de implementação*, reforça os meios de implementação e discute revitalizações à parceria global para o desenvolvimento sustentável; e *Objetivo 10 – Redução das desigualdades* pretende-se reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

- **Eixo 2:** Diálogos com a sociedade e com outras entidades de representação profissional.

Neste Eixo, o CRB-8 busca: a aproximação da sociedade, tendo em vista as ideias que a população tem do bibliotecário por meio de pesquisa e, a partir disso, elaborar estratégias com o intuito de contribuir com a divulgação da atuação profissional e a sua relevância enquanto agentes transformadores/as da sociedade; intensificar a busca pelo aumento de visibilidade através de ações comunicativas inovadoras, além da oferta de campanhas, informações e outros produtos de comunicação de qualidade regularmente, com vistas à atração e à potencialização da atuação tanto das bibliotecas quanto de seus profissionais, valendo-se, para isso, de redes

sociais e outros veículos de informação.

Ademais, há a convocação para um crescimento expressivo da participação de membros do CRB-8 em palestras e eventos que tenham como público-alvo graduandos em Biblioteconomia, além de outros eventos de áreas afins, no intuito de influenciar a opinião pública e debater os valores relativos à biblioteca, corroborando o desenvolvimento de uma sociedade mais informada e participativa. Junto a Agenda 2030, este eixo dialoga com: *Objetivo 4 – Educação de Qualidade* que visa através de diálogo e ações garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade para todos, e promove oportunidades de aprendizagem ao longo da vida; *Objetivo 10 – Reduzir as desigualdades*, este objetivo pretende garantir a redução das desigualdades entre países; *Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes*, na qual busca-se promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis, além de construir junto ao *Objetivo 17 – Parcerias e meios de implementação*, reforça os meios de implementação e discute a revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável e o *Objetivo 8 – Trabalho decente e crescimento econômico*, que promove o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.

- **Eixo 3:** Identificar planos do livro, leitura, literatura e bibliotecas municipais e estaduais.

Neste Eixo, o CBR-8 tem por preocupação dar visibilidade às atividades promotoras da discussão, implantação e instituição de planos em cidades paulistas e de democratização do acesso ao livro, à leitura e à informação como um direito de todo ser humano, buscando a promoção, junto às secretarias de educação, cultura e cidadania, principalmente, de

articulações que contribuam com as frentes que organizam a mediação dos temas ligados aos planos dos municípios e do Estado.

Além disso, o órgão se atém também à contribuição para a ampliação, em nível governamental, de políticas públicas garantidoras de recursos para a execução dos planos nos municípios e no estado, dando suporte aos conceitos, às diretrizes, aos objetivos e às metas que demarcam as políticas públicas relativas ao livro e à leitura. Com isso, há o desenvolvimento de campanhas e ações que buscam incentivar os(as) profissionais de bibliotecas a fazerem de seus ambientes de trabalho espaços em que haja a promoção, o apoio e a discussão dos planos municipais e estadual e também a manutenção e a fortificação de políticas públicas voltadas ao livro e à leitura, em especial na viabilização de atos que incluam nos referidos planos o acesso ao livro e à leitura para pessoas que possuam algum nível de deficiência. Constrói-se também uma relação entre a Agenda 2030 com os seguintes objetivos: *Objetivo 4 – Educação de Qualidade*, que discute e propõe a garantia do acesso à educação inclusiva, qualificada e equitativa, e promove oportunidades de aprendizado a todos durante suas vidas; *Objetivo 9 – Indústria, inovação e infraestrutura*, que visa a construção de infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação alocado ao *Objetivo 10 – Redução das desigualdades* pretende-se reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

- **Eixo 4:** Sistemas de bibliotecas e discussão sobre Biblioteconomia
  - Aproximar o conselho das escolas de Biblioteconomia – Criar diálogo permanente.

Este Eixo tem como escopo os sistemas de biblioteca e discussões acerca da área da Biblioteconomia. Busca-se uma aproximação entre o órgão e as Escolas do Estado de São Paulo direcionadas à formação dos

profissionais bibliotecários, mediante reflexões sobre o futuro da Biblioteconomia no Estado de São Paulo e no Brasil, bem como sua formação profissional. Com isso, o objetivo é despertar um olhar do aluno e da academia para as políticas públicas direcionadas ao livro, à leitura, à literatura, às bibliotecas e às ações culturais, trazendo ainda informações quanto à real necessidade da função do Conselho diante da área e da sociedade. Tece-se ainda uma relação direta entre a Agenda 2030 com o *Objetivo 4 – Educação de Qualidade*, que discute e propõe garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, além de promover diversas oportunidades de aprendizado em suas vidas; e *Objetivo 8 – Trabalho decente e crescimento econômico*, que diz respeito à promoção do crescimento econômico inclusivo e sustentável, do emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todas as pessoas.

– **Eixo 5:** Reinvenção do futuro profissional.

Este Eixo possui relação direta com o anterior, sendo direcionado para uma reinvenção do futuro profissional. Assim, busca-se o desenvolvimento de ações que visem à sistematização, à organização e à promoção de parcerias com atores sociais envolvidos na discussão do futuro do trabalho, trazendo reflexões sobre a necessidade da educação continuada no campo da Biblioteconomia, despertando a pessoa bibliotecária para o labor criativo e o desenvolvimento de novas habilidades comportamentais. Este eixo foi construído junto ao *Objetivo 4 – Educação de Qualidade* que discute e propõe garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promove oportunidades para garantir o aprendizado ao longo da vida com equidade e ao *Objetivo 8 – Trabalho decente e crescimento econômico*, que busca a promoção do crescimento da economia de modo inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos os seres humanos.

- **Eixo 6:** Comunicação com os/as profissionais e CRB-8 digital.

O Eixo 6 postula uma comunicação eficaz com a área, com os profissionais e com o CRB 6. Contudo, implica em fazer uso de ferramentas digitais com intuito de se ter uma melhoria nos serviços e produtos oferecidos. Com o seus aprimoramentos, tornam-se possíveis novas formas de diálogos com o usuário, dando-lhes maior satisfação aos bibliotecários(as) junto aos novos meios de se refletir e exercer suas funções trazidos pelo CRB-8. Além de dialogar com Agenda 2030 com o *Objetivo 8* – relacionado à promoção do crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos; *Objetivo 9* – Indústria, inovação e infraestrutura, que visa à construção de infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação, alocado ao *Objetivo 10* – Redução das desigualdades pretende-se reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.

### 3.3 ATUAÇÃO PROFISSIONAL ANTIRRACISTA: SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES DO CRB-8

A partir da análise dos Planejamentos Estratégicos apresentados e conduzidos pelas 18ª e 19ª Gestão do CRB-8, identificamos uma postura relacionada à "neutralidade" pelos(as) profissionais que estão à frente do órgão.

Observamos que é praticamente impossível desassociar o propósito da Biblioteconomia e Ciência da informação com as discussões e ações políticas do CRB-8. Entretanto, apesar do carácter progressista e político com o qual o CRB-8 construiu os seus últimos Planejamentos Estratégicos, questiona-se o quão profundas e fundamentadas são suas ações políticas.

Isso porque, conforme a análise dos respectivos documentos, notamos a falta de um recorte e direcionamento para ações relacionadas às questões raciais. Este cenário não é muito diferente do vivenciado no âmbito da BCI, com uma nítida invisibilidade das temáticas raciais.

Infelizmente, a população negra é a mais afetada com a falta de acessibilidade à escolarização, incluindo acesso precário aos livros, à leitura e à biblioteca. Para Passos (2012, 2021, p. 1):

As desigualdades acumuladas na experiência social da população negra, nos processos de escolarização têm sido denunciadas há muitos anos pelo movimento social negro, por estudiosos das relações raciais, e, mais recentemente, também pelas análises no âmbito de órgãos governamentais no Brasil. São desigualdades graves e múltiplas, afetando a capacidade de inserção da população negra na sociedade brasileira em diferentes áreas e comprometendo o projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos.

Ou seja, questiona-se, nos respectivos Planejamentos Estratégicos do CRB-8, para quem e para qual parcela da população suas ações são voltadas. Considera-se que sem tal direcionamento e engajamento para com as ações afirmativas, e sem a população negra sendo fortemente inserida nessas ações e discussões, se torna praticamente impossível construir políticas públicas que promovam uma atuação profissional antirracista e uma sociedade mais igualitária.

Infelizmente, constatamos que tanto o Planejamento Estratégico da 19ª Gestão (2021-2023) quanto o Planejamento Estratégico da 18ª Gestão (2018-2020) não apresentam de forma explícita ações práticas que favoreçam a luta pela igualdade racial. Nestes documentos, o caráter político e racial é completamente nulo, sendo priorizadas somente em questões jurídicas e técnicas da Biblioteconomia e da atuação do bibliotecário.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As constantes mudanças da sociedade da informação têm exigido que, de forma mais política e explícita, nós nos posicionemos mais. Enquanto categoria biblioteconômica e informacional, sendo questões inerentes à sociedade, é de extrema urgência que pautemos questões e problemáticas referentes a ela, deixando de lado o mito da neutralidade enraizado na área.

Nessa perspectiva, a presente pesquisa foi idealizada com o intuito de subsidiar, sistematizar e dar visibilidade a uma temática tão necessária e infelizmente ainda muitas vezes invisível, por conta de muitos fatores estruturais e estruturantes em nossa sociedade que se beneficiam com tais problemas.

Alocado à práxis bibliotecária, buscou-se identificar as discussões acerca das questões raciais e relativas ao racismo na Biblioteconomia e Ciência da Informação, de modo que pudéssemos não só evidenciar, mas também sistematizar as formas de se lidar com esse assunto e suas problemáticas de forma mais eficaz possível. Nesse sentido, foram pautadas atitudes e ações além do escopo teórico, contemplando também ações práticas com o foco no antirracismo. Na primeira parte deste trabalho, de cunho exploratório e descritivo, foram levantados diversos estudos relacionados ao racismo, ao antirracismo, à política e às relações étnico-raciais, de modo que pudéssemos ter um panorama da temática, com destaque na BCI. Na segunda parte, de modo complementar, os estudos foram conduzidos em relação à atuação do Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, sendo problematizados e analisados os Planos Estratégicos das 18ª (2018-2020) e 19ª (2021-2023) Gestões, com o intuito de averiguar se há algum recorte ou uma introdução das questões raciais e ações antirracistas dentro do Conselho, tendo em vista o papel importante desse órgão como fiscalizador da práxis na área.

Dessa análise, como resultado, tivemos, de forma positiva, um

volume expressivo de bibliografia na área relacionado à questão racial, possibilitando-nos um panorama otimista para futuramente termos profissionais mais políticos e comprometidos quanto à erradicação de desigualdades e ao desenvolvimento de ações antirracistas em espaços informacionais. De modo negativo e dificultoso presenciado nesta pesquisa, os achados na segunda parte revelam, por parte do CRB-8, poucas informações sistematizadas, além de ser nítido, nos dois Planos Estratégicos analisados, o caminhar para ações voltadas à discussão sobre racismo e combates às desigualdades, o que se dá de maneira muito lenta, tendo em vista a urgência que se faz em debatermos temas tão pertinentes e importantes na atual sociedade brasileira.

Indica-se, assim, a necessidade de um posicionamento mais explícito por parte do CRB-8 e suas respectivas Gestões para a construção de uma Biblioteconomia brasileira antirracista, mediante a construção e proposição de ações e debates sobre os diversos modos de atuação do bibliotecário e o compromisso que cada um assume nessa direção ao se tornar o profissional da informação.

Diante disso, urgem levantamentos mais aprofundados quantitativa e qualitativamente, abrangendo os Conselhos de outros estados do país, de modo a ter um panorama completo, abrangente e detalhado da inserção da questão racial nesses órgãos, a partir da existência de ações antirracistas nas gestões desses conselhos. Considera-se que esse eixo investigativo colabora com o avanço do combate ao racismo e a promoção de uma sociedade brasileira mais justa e igualitária, em que o bibliotecário se torne cada vez mais um protagonista na luta dessa causa.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Larisse Macêdo de; FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Empoderamento e protagonismo social na práxis bibliotecária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-19, 2020.

ALMEIDA, Silvio de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ANDES. **Cartilha de Combate ao Racismo**. 2019. Disponível em: <https://issuu.com/andessn/docs/racismo>. Acesso em: 09 set. 2022.

BRASIL. **Lei no 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm). Acesso em: 11 mar. 2022.

BREDA, Zulmir. Qual é o papel dos conselhos profissionais. **CRCPR Notícias**, 2019. Disponível em: <https://www2.crcpr.org.br/imprensa/noticias/exibirParaLeitura/10671>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CAMPOS, Arthur Ferreira; FONTES, Melissa Gabriely; ARAÚJO, Claudyaline da Silva. Tendências temáticas dos graduandos em Biblioteconomia: um estudo a partir dos trabalhos de conclusão de curso da UFRN. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 2, n. 2, p. 108-123, 2015. Disponível em: <http://abecin.org.br/portalderevistas/index.php/rebecin/article/view/33>. Acesso em: 02 out. 2019.

CARDOSO, Francilene do Carmo; NÓBREGA, Nanci Gonçalves da. A biblioteca pública na (re) construção da identidade negra. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 2010.

Disponível em:

<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/200>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CÔRTEZ, Adelaide Ramos et al. **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil-1965-2015**. 2016.

DUARTE, Alex. **Como empoderar pessoas com deficiência**. São Paulo: Editora Champion, 2019.

*EMPOWERMENT*. In: **Oxford Learner's Dictionary of Academic English**. UK: Oxford University Press, 2020. Disponível em: <<https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/empowerment>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. Editora Atlas AS, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e sociedade**, v. 13, n. 3, p. 21, 2004.

LIMA, Maria Batista. Identidade étnico/racial no Brasil: uma reflexão teórico-metodológica. **Revista Fórum Identidades**, ano 2, v. 3, n. 3, p. 33- 46, jan./jun. 2008.

LOPES, Fernando Cruz; BORTOLIN, Sueli; DA SILVA, Maria Nilza. Relações raciais e mediação da informação: breves considerações. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, p. 96-113, 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Brasil na mira do pan-africanismo**. 2.ed.

Salvador: EDUFBA: CEAO, 2002.

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Nações Unidas Brasil, 2022. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> >. Acesso em: 19 de mar. 2022.

PASSOS, Joana Célia dos. As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista EJA em debate**, v. 1, n. 1, 2012.

QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. **CLACSO**, Buenos Aires,. p. 117-142, 2005.

RACISMO, **DICIO**, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/racismo/>. Acesso em: 20 de jun. 2022

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SÁ, Paloma Israely Barbosa de et al. A Cultura Afro-Brasileira e a Ciência da Informação: um diálogo entre memória, identidade e informação. **Convergências em Ciência da Informação**, v. 3 n. 3, p. 105-77, set./dez., 2020.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O conceito de mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários. **XV Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação no Brasil - ENANCIB**, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2650/O%20CONCEITO%20DE%20MEDIA%C3%87%C3%83O%20IMPL%C3%8DCITA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 13 mar. 2022.

SARDENBERG, Cecília. Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista.:

**Seminário Internacional Trilhas do Empoderamento de Mulheres - Projeto TEMPO**, 1, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empode>

[ramento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf](#). Acesso em: 13 mar. 2022.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês; LIMA, Graziela dos Santos. **Bibliotecári@s negr@s: ação, pesquisa e atuação política**. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018.

SISTEMA CFB/CRB. **Portal Transparência e Acesso à Informação**, página inicial. Disponível em: [<http://cfb.spiderware.com.br/PortalTransparencia/Consulta.aspx?CS=hoz2JaK8giA=>](http://cfb.spiderware.com.br/PortalTransparencia/Consulta.aspx?CS=hoz2JaK8giA=). Acesso em: 12 de mar. 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPUDEIT, DFA de O. et al. **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Cristovão, SE: ABECIN Editora, 2018.

VALÉRIO, Erinaldo Dias; CAMPOS, Arthur Ferreira. Educação antirracista no ensino da biblioteconomia. **Folha de Rosto**, v. 5, n. Especial, p. 118-126, 2019.